



INTRODUÇÃO AO DIREITO E AO PENSAMENTO JURÍDICO
Profs. Assunção Cristas e Miguel de Azevedo Moura

EXAME FINAL – Turmas A e B

11 de janeiro de 2022

Duração: 3h

O Exame Escrito é composto por quatro grupos. **Utilize uma folha de exame diferente para responder ao grupo IV.** Na sua resposta identifique com clareza o grupo, número e a alínea a que a sua resposta diz respeito. Entre os números ou alíneas respondidas deixe pelo menos um parágrafo.

Não escreva o seu nome, número ou qualquer outro elemento que possibilite a sua identificação nas suas folhas de resposta. Antes de começar a responder, leia o Exame Escrito e atente às cotações de cada uma das perguntas. **Não é permitida a consulta de quaisquer materiais que não legislação (não anotada).**

Grupo I

A única forma de juridicamente obstar à aplicação de leis iníquas é através da sua alteração? Ou a lei injusta deve ser desaplicada?

Comente estas interrogações à luz das correntes do pensamento jurídico estudadas e do posicionamento de diversos autores.

(4 valores)

Grupo II

Responda separada às questões seguintes. Tenha o cuidado de problematizar e de usar todos os argumentos pertinentes para justificar as posições que enuncia e fundamentar as suas respostas, nomeadamente socorrendo-se de normas jurídicas e das posições estudadas dos vários autores.

1. Ao longo dos anos a jurisprudência portuguesa foi fixando um valor de indemnização pelo dano morte ocorrido em acidentes de viação razoavelmente estável, atendendo a vários critérios relacionados com a vítima.

É possível um juiz proferir uma sentença em que fixa uma indemnização pelo dano morte muito distinta dos valores habitualmente fixados?

(1,25 valores)

2. Imagine que em dado momento, o Supremo Tribunal de Justiça, perante acórdãos divergentes, decide proferir um Acórdão Uniformizador de Jurisprudência no seguinte sentido: "A fixação de indemnização pelo dano morte em caso de acidentes de viação não pode em qualquer caso ser inferior $x\text{€}$ ".

Daí por diante os tribunais inferiores podem fixar uma indemnização em valor inferior a x ?

(1,25 valores)

3. Perante uma prática habitual em certa comunidade, o legislador, entendendo-a ofensiva de preceitos constitucionais, legislou no sentido de a proibir. A comunidade prosseguiu com a sua prática.

Imagine que lhe é pedido conselho sobre a norma em vigor naquela comunidade. O que responderia?

(1,5 valores)

Grupo III

A lei C, publicada no Diário da República de dia 11 de janeiro de 2022, contém as seguintes disposições finais:

"Art.x)

A presente lei revoga a lei B.

Art.y)

A presente lei entra em vigor de imediato."

Esclareça, justificadamente, as seguintes dúvidas:

1. António defende que hoje, dia 11 de janeiro, é aplicável a lei C. Já Beatriz entende que é a lei B. Quem tem razão?
2. Considerando que a lei B tinha revogado a lei A, Carlota defende que a lei aplicável é a A. Tem razão?
3. Dinis, consultando o processo legislativo, apercebe-se que a lei foi publicada sem que o Presidente da República a tenha promulgado. Quer saber que lei se aplica. Que resposta lhe daria?
4. Eva considera que a lei C contém disposições contrárias à lei E, pelo que estas disposições não se devem aplicar. Francisco defende que isso é irrelevante, porque não constam do artigo x. Quem tem razão?

(1 valor para cada questão = 4 valores)

Grupo IV

Resolva o seguinte caso prático:

Luís explora um restaurante na baixa lisboeta. No dia 11 de janeiro, dois agentes policiais (devidamente fardados) apareceram à porta desse estabelecimento, ordenando que aquele fosse com estes para a esquadra para ser detido e interrogado. Não lhe explicaram o motivo, nem tão pouco apresentaram qualquer documento judicial que justificasse esta determinação.

Luís recusou acatar a ordem dos agentes. Tentou fechar a porta, mas os agentes impediram e tentaram prendê-lo. Irritado, pegou numa frigideira com óleo a ferver que se encontrava a fritar batatas, lançando o seu conteúdo contra os agentes. Este ato provocou dolorosas queimaduras nos polícias (que fugiram imediatamente do local) e um incêndio de grandes proporções no seu estabelecimento comercial.

Desesperado com as chamas e o fumo, a única solução à disposição de Luís foi rachar uma das paredes de contraplacado do seu restaurante, e que geminava com a loja de Inês. Em consequência deste ato, partiram-se inúmeras peças artesanais valiosíssimas que aí se encontravam em exposição.

Quid iuris?

(8 valores)

Bom trabalho! 😊